

A HISTÓRIA DO MUNICÍPIO E DA EDUCAÇÃO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ E A IMPORTÂNCIA DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA*

*Eliza Bortolanza¹
Paulino José Orso²*

INTRODUÇÃO

O objetivo deste capítulo consiste em apresentar a história do município e da educação de Três Barras do Paraná, que teve sua emancipação em 1980. Situado na região Oeste do Paraná, seu processo histórico acompanhou as lutas travadas na região, desencadeadas, principalmente, em torno das disputas pela posse das terras.

Para atingir tal intento, utilizamo-nos do método materialista histórico-dialético. Pois, como os indivíduos não se definem pela natureza, por pré-determinação superior ou por predestinação, nem se explicam por si mesmos, mas sim a partir do modo como produzem sua vida social, este método é o que melhor da conta de compreender e explicar a realidade, suas contradições e antagonismos sociais. (ORSO, 2011).

Dessa forma, primeiramente fazemos o resgate da história do município e das lutas travadas em torno da posse da terra. Após isso, discorreremos sobre a trajetória da escolarização e a inserção da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC). Por fim, tecemos uma conclusão. Com isso, destacamos a importância dessa teoria pedagógica para a construção de uma nova educação e uma nova humanidade.

O OESTE DO PARANÁ E EMANCIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

Como mencionamos, o município de Três Barras do Paraná está localizado no Oeste do Paraná. De acordo com o censo do IBGE realizado em 2010, possuía 11.824 habitantes, com estimativa de chegar a 12.036 habitantes em 2021. Apesar de não existirem dados

*DOI – 10.29388/978-65-81417-76-5-0-f.170-182

¹ Discente no curso de Mestrado em História da Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE, professora da rede municipal de Educação do município de Três Barras do Paraná -PR. E-mail: e_bortolanza@hotmail.com

² Doutor em História e Filosofia da Educação pela Unicamp, professor dos cursos de Pedagogia e do Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Líder do Grupo de Pesquisa em História, Sociedade e Educação no Brasil – GT da Região Oeste do Paraná – HISTEDOPR. E-mail: paulinorso@uol.com.br

precisos no atual momento, percebe-se que houve a expectativa de um pequeno crescimento populacional. Seu território envolve 504,02 Km².

Segundo informações obtidas no Plano Municipal de Educação – PME (2018), Três Barras do Paraná divisa ao Norte com Catanduvas, ao Leste com Quedas do Iguaçu e Cruzeiro do Iguaçu, ao Sul com Nova Prata do Iguaçu e Boa Esperança do Iguaçu, ao Oeste com Boa Vista da Aparecida e, ao Noroeste, com Cascavel.

A economia do município ainda depende muito das atividades agropecuárias. Na agricultura, destaca-se a agricultura familiar, com produção de feijão, milho, soja e trigo. Na pecuária, avulta a produção de leite e gado de corte. O feijão se sobressaiu nos primeiros anos de emancipação do município, sendo responsável pelo título de “Capital do Feijão”, fato esse, registrado na própria bandeira do município.

No setor industrial, o município tem seus empregos vinculados a um laticínio, uma fábrica de farinha, uma fábrica de costura, uma fábrica de móveis e um parque industrial com fábrica de amortecedores, entre outros.

Em 2021, Três Barras do Paraná completou 41 anos de emancipação. Seu nome decorre do fato de o início do povoamento ter ocorrido próximo a nascentes de três rios que se juntavam, formando o rio Três Barras. Para Paludo e Paludo (2013), em 1966 foi criado o Distrito Administrativo de Três Barras, pertencendo a Catanduvas. Em 1980, pela Lei Estadual nº 7305, de 13 maio de 1980, o município foi desmembrado de Catanduvas e sua denominação passou a ser Três Barras do Paraná. A instalação oficial ocorreu no dia 01 de fevereiro de 1983.

Desde a emancipação política da então província do Paraná, em 1853, quem governava o Estado também era responsável pela distribuição das terras conhecidas como devolutas. Sempre houve o favorecimento de grandes empresas colonizadoras em detrimento dos “[...] caboclos pioneiros, ou pequenos proprietários, ocupantes e interessados na posse de terras [que] sempre foram deixados em segundo plano.” (PRIORI, 2012, p. 79).

Essa época também foi marcada pelo início da construção da ferrovia que ligava Paranaguá a Curitiba, em 1880. Em 1882, destaca-se a navegação pelo Vale do Iguaçu, instalando-se as colônias militares de Chapecó e Chopim, havendo preocupação com o Oeste e a fronteira Argentina.

Chagas (2015) analisa os três momentos que colaboraram para o processo de ocupação do território paranaense, os quais têm por trás principalmente o interesse no ouro, na ervamate e no tropeirismo. Após essa primeira etapa, com o café, houve a expansão da fronteira

agrícola e, depois, com a vinda dos imigrantes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, ocorreu a ocupação do Oeste e Sudoeste do Estado.

Na década de 1920, houve uma significativa entrada de imigrantes alemães e italianos no Paraná, que se dirigiam principalmente para o Oeste paranaense e foram se estabelecendo nas pequenas propriedades familiares rurais. “Na década de 1930, com o movimento denominado de ‘marcha para o oeste’, o governo brasileiro incentivou a migração para a ocupação de terras fronteiriças e do interior do país.” (PRIORI, 2012, p. 75).

Passos (2013) ressalta que, no Paraná, até a década de 1930, quem dominava economicamente o território eram os argentinos. A partir do governo de Getúlio Vargas e a política do Estado Novo (1937- 1945), porém, inicia-se a “Marcha para o Oeste”:

A “Marcha para Oeste” constitui-se na primeira política efetiva dos governos Federal e Estadual, no sentido de integração de novas áreas no processo de alargamento das fronteiras econômica. Essa política conjunta tinha por objetivo o deslocamento espacial da força-de-trabalho para novas regiões férteis incrementando a agricultura extensiva com intuito de iniciar o aumento da produção de alimentos para os centros urbanos do país, em grande expansão. (CARNEIRO, 1981, p.6-7, *apud* GOMES, 2005, p. 14).

De acordo com Chagas (2015), a terra ganha novos contornos, vista como “moeda de troca” entre o governo e seus pares. Nos períodos entre 1930 e 1945, o Paraná enfrentou muita instabilidade política, pois, em 05 de outubro de 1930, Mário Tourinho foi nomeado pelo Governo Federal, como interventor no Estado do Paraná. Esse momento causou uma ruptura devido ao fato de que, até então, o quadro político era controlado pelas mesmas famílias que sempre detiveram o poder econômico.

Para Priori (2012), os projetos de colonização que faziam parte da iniciativa privada eram mais eficientes do que os estatais, pois, as empresas privadas tinham mais conhecimento sobre as melhores técnicas a serem utilizadas no desenvolvimento econômico das áreas destinadas à colonização.

As principais empresas que atuaram no Oeste do Estado foram: as companhias Industrial Madeira e Colonizadora Rio Paraná Ltda em Maripá; a Pinho e Terras Ltda; a Industrial Agrícola Bento Gonçalves; a Colonizadora Gaúcha Ltda.; a Colonizadora Matelândia; a Colonizadora Criciúma; a Sociedade Colonizadora União D’Oeste Ltda; e a Colonizadora Norte do Paraná (PRIORI, 2012).

Com a queda de Vargas, em 1945, e a atuação dos constituintes paranaenses de 1946, esse Território foi extinto. De acordo com Chagas:

A política de colonização das terras do Paraná e a concessão de terras foram novamente alteradas quando Moysés Lupion assumiu o governo do Estado, entre 1947-1950. Ele privilegiou a colonização por iniciativa privada, sendo que neste governo novos grupos foram beneficiados pela concessão de terras e, os conflitos decorrentes desse processo se acirraram. Tais conflitos desenvolvem-se tendo como agentes sociais, principalmente, colonos, posseiros e grileiros. Esses últimos, com apoio do governo estadual, em alguns casos, buscaram expulsar os colonos e posseiros que já residiam nas terras que lhes foram concedidas posteriormente. (CHAGAS, 2015, p. 44).

De acordo com Myskiw (2002), para os governadores Moysés Lupion (1947/1955 – 1955/1960) e Bento Munhoz da Rocha Neto (1950/1955), a realização da Reforma Agrária visava promover e incentivar a colonização de terras devolutas do Sudoeste, Oeste e Noroeste do Estado. Essa ocupação era feita por migrantes nacionais vindos em sua maioria do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Para Chagas (2015), de 1956 a 1961, com o retorno de Moysés Lupion ao governo do Paraná e entre os governos dele e de Bento Munhoz da Rocha, fomentou-se a ideia de que o Paraná vivia uma “modernização”. Neste período houve o destaque de propagandas voltadas a existência de terras devolutas, fazendo com que fossem criadas “[...] novas frentes de colonização [...]” (SCALIANTE, 2010, p. 65).

Entre os anos de 1950 e 1964, que antecede o golpe civil-militar (1964-1985) houve um período de instabilidade que desencadeou a “[...] ‘Guerra de Porecatu’, no Norte, ‘A Revolta dos Posseiros de 1957’ no Sudoeste, a ‘Revolta de 1961’, em Medianeira e o ‘Levante de Posseiros de Três Barras’ em agosto de 1964.” (MYSKIW, 2002, p. 71).

Myskiw (2002) destaca que há características comuns entre os conflitos da região Oeste e Sudoeste, em que as ações ocorrem de forma coletiva, nas quais participam posseiros, colonos, aventureiros, políticos e até mesmo a comunidade local. No município de Medianeira, no Oeste paranaense, ocorreu em 1961. Já o levante dos posseiros de Três Barras, no Oeste do estado, ocorreu em 1964, fazendo com que muitos colonos e pessoas que faziam parte da comunidade fossem forçados a participar da ação.

Myskiw (2002) relata que as fontes estudadas demonstram que o interesse nas terras apossadas tinha como finalidade a defesa do que haviam comprado. Porém, seus proprietários também tinham interesse na madeira que estava nela.

Para Myskiw (2002), entre as décadas de 1950 e 1960, devido ao fato de o campo estar em crise por conta do êxodo rural, da falta de empregos e investimentos financeiros, havia muitas discussões sobre a realidade nacional, que incluía a questão da Reforma Agrária.

É nesse contexto que, devido às disputas em torno da terra, ocorrida na década de 1960, desencadeou-se a revolta de Três Barras. Porém, não se limitava somente à disputa pela terra, fazia parte de um processo de colonização conflituoso que representava uma forma de resistência à violência física e até mesmo simbólica contra as pessoas que viviam na região.

Chagas (2015) esclarece que, durante o período da revolta de Três Barras, havia forte oposição ao governador do estado Ney Braga, encabeçada pelo deputado Walter A. Pécoits. A nível federal quem ocupava a presidência era Jânio Quadros – UDN, com seu vice João Goulart – PTB. Além do governador Ney Braga sofrer oposição dentro do estado, também ocorria o mesmo em âmbito federal. “E, no que diz respeito ao município de Catanduvas – PR, ao qual pertencia a localidade de Três Barras, o prefeito em exercício Augusto Gomes de Oliveira Jr. também era partidário do PTB.” (CHAGAS, 2015, p. 72).

Tanto Oliveira Jr. quanto Pécoits tiveram seus direitos políticos e o mandato cassados a partir do momento em que houve a instituição da ditadura militar no país, sendo que Pécoits passou a ser investigado por ser o mentor da Revolta de Três Barras.

Chagas (2015) ressalta que a investigação sobre a revolta de Três Barras, está no Auto da Ação Criminal 147/64, além dos interrogatórios e declarações das versões sobre o que ocorreu entre os dias seis e oito de agosto de 1964. A denúncia foi realizada pelo Promotor Público João Batista Kebber no dia oito de setembro de 1964, embasando o “processo Três Barras”.

Para Chagas:

A revolta foi apresentada como um movimento que fora incitado pelo ex-deputado estadual Walter Alberto Pécoits, fazendo com que colonos e posseiros, que só tinham em mãos o direito de posse adquirido de terceiros, se rebelassem contra as medições que estavam ocorrendo na região da Gleba Andrada e na costa do Rio Iguaçu, município de Catanduvas/PR. Na denúncia apresentada, é informado que Walter Pécoits os orientou no sentido de promoverem “toda sorte de delitos, prendendo e matando agrimensores, topógrafos e proprietários, tidos como ‘grileiros’”, sendo que este também os fez crer que a prática de tais delitos seria a única solução para o problema da terra, de seguidas cobranças por aqueles que se diziam titulados, e que com tais atos haveria a intervenção do exército e a consequente acomodação dos interesses conflitantes. (CHAGAS, 2015, p. 82).

No Auto de Ação Criminal 147/64 citado por Chagas (2015), o Promotor Público expõe que, por orientação de Walter Alberto Pécoits, na manhã de seis de agosto de 1964, algumas pessoas iniciaram o aliciamento dos posseiros e lavradores que habitavam a região de Três Barras e outros municípios próximos para se armarem.

Em 1964, durante a revolta em Três Barras, também havia muitos movimentos com objetivo de ampliar os direitos sociais. A população do campo e a urbana estavam se unindo na luta por esses direitos, porém, a situação política do país era instável com consequências que levavam a crises econômicas e ao golpe de estado que traziam propostas de reformas que beneficiariam o desenvolvimento econômico (CHAGAS, 2015).

Sendo assim, durante o governo militar, no contexto de lutas no campo, houve o processo instaurado em Três Barras, além da cassação de direitos políticos e mandatos por dez anos. Estes fatos estiveram presentes em toda a região Oeste do estado do Paraná. Exemplo disso foi o caso do deputado estadual Walter Alberto Pécois, que teve seu mandato e seus direitos políticos cassados (CHAGAS, 2015).

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

A história do município apresenta momentos carregados de conflitos, ocorridos durante seu processo de povoamento, que se refletem na organização educacional vivenciada ao longo do tempo. Essa história levou a educação de Três Barras do Paraná a ter a organização atual.

Segundo a Secretaria Municipal de Educação (SEMED), atualmente a rede de ensino de Três Barras do Paraná conta com sete instituições escolares, sendo cinco delas escolas de Ensino Fundamental I e Educação Infantil de quatro e cinco anos e dois Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) que atendem as crianças de zero a três anos, totalizando mil e trezentos alunos. A localização destas instituições se divide entre três distritos e a zona urbana.

Em cada um dos distritos está situada uma escola, sendo em Barra Bonita, a Escola Municipal do Campo Abelardo Luz, em Santo Izidoro, a Escola Municipal do Campo Salgado Filho e, em Alto Alegre, a Escola Municipal do Campo João Mello de Moraes.

A zona urbana possui duas escolas de Ensino Fundamental I e Educação Infantil. A Escola Municipal Carlos Gomes, localizada no centro da cidade, e a Escola Municipal Angelina Segalla Dezan, no Bairro Alto Campo. Os dois Centros Municipais de Educação Infantil estão localizados no Bairro Alto Campo, sendo eles: Centro Municipal de Educação Infantil Sonho de Criança e Centro Municipal de Educação Infantil Anaju (SEMED, 2021).

As ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação estão descritas no Plano Municipal de Educação 2015/2025 aprovado pela Lei Municipal Nº 1268/2015. A cada dois anos são realizadas as Conferências Municipais de Educação, envolvendo toda a comunidade escolar e as entidades organizadas do município. Esse trabalho é acompanhado

pelo Núcleo de Cooperação Pedagógica com Municípios, gerido pelo Núcleo Regional de Educação de Cascavel (SEMED, 2021).

Para que a educação de Três Barras do Paraná chegasse à forma como se encontra na atualidade, ocorreu um longo processo, que se iniciou antes da emancipação do município, ocorrida em 1980. Até esse ano o município era distrito de Catanduvas.

A educação em cada momento histórico, reflete direta ou indiretamente, os conflitos e as lutas de classes. De acordo com Emer (2012), os fatos que levam a necessidade de abertura das escolas na região Oeste, mais especificamente em Catanduvas, ocorreu por intermédio de alguns fazendeiros que, por terem forte influência política em Guarapuava, organizaram uma Célula Integralista nessa região e construíram uma Casa Escolar, que ficou responsável pelo fornecimento do material didático para as escolas.

Essa instituição exigia algumas formas de trabalho e o pagamento da professora, além de organizar a comemoração das datas cívicas, ensinar marchar, cantar o hino nacional, supervisionar as aulas de educação física etc. Assim, com apoio de Guarapuava, em 1929, inicia-se a escolarização, porém durante um curto período, pois, a professora decidiu morar com os pais em uma fazenda, deixando as atividades escolares em 1931 (EMER, 2012).

No ano seguinte não houve mais atendimento escolar em Catanduvas, os motivos foram a falta de professores e o novo traçado da estrada, deixando a localidade afastada da rodovia, favorecendo o desenvolvimento de Cascavel. Com isso, os moradores que tinham interesse em ofertar educação para os filhos, mudavam-se para Cascavel (EMER, 2012).

Para Emer (2012), no período de 1932 a 1943, por não haver mais organização escolar, as famílias de pequenos comerciantes e outros com atividades urbanas, mantinham formas de ensinar seus filhos a ler, escrever e fazer contas. No ano de 1943 foi concluída a construção do Grupo Escolar Anita Ribas, mantido pelo Estado, responsável por pagar os salários dos professores.

A partir de 1951, a região Oeste do Paraná teve um aumento no número de municípios. Com vilas e núcleos aumentou também a população, fato que fez com que aos poucos fossem surgindo novos municípios. Esses núcleos que se tornaram novos municípios tiveram algumas semelhanças no seu processo educacional, seguindo com a Escola dos Colonos, o Grupo Escolar Municipal e o Grupo Escolar Estadual (EMER, 2012).

No interior dos municípios, conforme ocorria a colonização e era reivindicada a escola, os colonos as construíam e a manutenção e o professor ficavam sobre a responsabilidade do próprio município. As turmas eram multisseriadas, com poucos materiais e professores com habilitação insuficiente ou sem habilitação (EMER).

De acordo com Emer:

Embora já existissem na década de 1950 algumas escolas públicas e privadas de nível ginasial, e colegial em apenas uma cidade da região, a década de 1960 foi marcada pela demanda desses níveis de ensino. O atendimento só foi estendido pelo poder público estadual na segunda metade ou no final da década de 1960. Desta forma, é possível afirmar que, no Oeste do Paraná, na década de 1960, começou a tomar corpo e definir-se uma estrutura educacional. No período, além dos 18 núcleos urbanos, sede dos municípios, neles existindo grupos escolares públicos, confessionais e particulares, grupos escolares municipais nas principais vilas do interior dos municípios, a população urbana passou a reivindicar outros níveis de escolarização a partir da ampliação e complexificação das relações sociais já estabelecidas na região. (EMER,2012, p. 12).

A educação da vila Três Barras vivencia este processo com a inauguração do Grupo Escolar Castro Alves, no ano de 1965. Mais tarde, em reunião, os pais e professores decidiram chamar o local de Grupo Escolar Carlos Gomes. Entre os anos de 1968 e 1969, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), criou outras 12 escolas. Em outubro de 1969, essas escolas passaram a pertencer ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária. (PALUDO; PALUDO, 2013).

Na década de 1970, o município obteve uma extensão do Ginásio Estadual Dom Manoel da Silveira D'Elboux, que pertencia a Catanduvas, ofertando escolarização de 5ª a 8ª série. A partir de 1972, o Estado do Paraná passou a implementar gradativamente o Ensino de 1º Grau, permitindo que fosse introduzido aos poucos a Lei 5692/71, pois, estavam se findando as organizações mantidas pela Lei 4024/61 (PALUDO; PALUDO, 2013).

Conforme investigação nos documentos dispostos na Secretaria Municipal de Educação de Três Barras do Paraná, foram encontrados arquivos como: diários oficiais de aprovação, memorandos e resoluções para abertura de cada escola. Dentre os documentos, encontrou-se o diário oficial com a Resolução nº 3624/82, da Secretaria de Estado da Educação, onde o Secretário Iran Martin Sanches, no uso de suas atribuições, delegadas pelo Art. 1º, inciso V, do Decreto nº 3037, de 09 de outubro de 1980, considerando o disposto na Lei Federal nº 5692/71 e contido nos artigos 73 e 74 da Deliberação nº 030/80, do Conselho Estadual de Educação, autorizou o funcionamento das escolas. Esta Resolução entrou em vigor em 29 de dezembro de 1982 concedendo o funcionamento das escolas com prazo de cinco anos, com efeito retroativo ao ano de 1980.

O protocolo citado autorizava o funcionamento das escolas rurais, estipulando um prazo de cinco anos. As escolas possuíam um prazo de 90 dias para renovar o funcionamento, ou, antes de findar esse prazo, deveriam solicitar a prorrogação novamente. Todas estas

escolas Municipais rurais eram mantidas pela Prefeitura Municipal com oferta das quatro (04) primeiras séries do 1º grau (termo utilizado na época).

Em 1983 foi baixado o ato oficial que alterou a nomenclatura de algumas escolas. No mesmo ano, dado o processo de mecanização das lavouras e o conseqüente êxodo rural, iniciou-se um rápido processo de fechamento de escolas rurais, que continuou nos anos de 1984, 1986, 1988, 1989, 1990 e 1991, até o fechamento definitivo de todas elas, em 2003.

A partir de 2003, conforme os diários oficiais encontrados, começou a nuclearização do ensino fundamental (1ª a 4ª série), devido à redução dos alunos e extinção das turmas multisseriadas. As escolas rurais foram sendo cessadas de forma voluntária, definitiva e simultânea, delegadas pela Resolução Nº 08/03, de 31 de janeiro de 2003, considerando a LDB Nº 9394/96 e a Deliberação Nº 04/99 do Conselho Estadual de Educação.

Essa nuclearização provocou a centralização da maioria das escolas na zona urbana, na chamada Escola Municipal Carlos Gomes. Toda documentação das escolas desativadas ficou sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação do Município de Três Barras do Paraná.

Na década de 1990, ocorreu a consolidação das ações iniciadas na região Oeste do Paraná pela Associação Educacional do Oeste do Paraná (ASSOESTE), voltadas para as atividades de formação, principalmente relacionadas à publicação do Currículo Básico para a Escola Pública do Paraná, ocorrida em 1990, pela Secretaria de Estado da Educação. Esta Associação ficou responsável por muitos cursos de aperfeiçoamento em várias disciplinas, desde a alfabetização e Educação Infantil até os anos finais do Ensino Fundamental. A equipe de assessoramento da ASSOESTE, colaborava com os municípios em suas solicitações, inclusive no que era estabelecido pelos órgãos federais e estaduais (COSTA-HÜBES, 2008, *apud* NOFFKE, 2017).

Saviani (2018) ressalta que, para que a escola cumpra seu papel de socializar os conhecimentos científicos mais elaborados, deve haver uma organização no sentido de priorizar o conteúdo e a disciplina, pois, sem eles, não há assimilação. Dessa forma, destaca-se a necessidade de uma preocupação constante com o ensino dos filhos da classe trabalhadora.

Quanto à organização escolar, Saviani (2013) afirma que o conhecimento é o meio pelo qual o aluno progride, colaborando com seu crescimento e, para que isso ocorra, é necessário transformar o saber elaborado em saber escolar, por meio do qual são socializados os conhecimentos que necessitam ser organizados de forma sequencial, possibilitando sua assimilação.

Considerando a educação como determinada e determinante social, Saviani idealiza a Pedagogia Histórico-Crítica (1979), que se constitui numa teoria pedagógica contra hegemônica, comprometida com a classe trabalhadora e com a emancipação humana.

Essa teoria pedagógica valoriza o professor, os conteúdos e o planejamento escolar. Entende que a educação se constitui numa mediação no seio da prática social, que, por meio do trabalho pedagógico, a partir da prática social existente, passando pela problematização, instrumentalização, catarse e chegando à prática social final, tem em vista transformar professores e alunos que, no início do processo educativo, encontram-se em condições diferentes, possibilitar que, no final do processo, encontrem-se como agentes irmanados nas lutas pela superação das relações existentes.

Diante do exposto, percebeu-se a necessidade de se aprofundar o conhecimento dos educadores tribarrensenses acerca da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC). Com este intuito, a partir de 2018, iniciam-se os estudos sobre essa teoria pedagógica. Para tanto, foram organizados grupos de Estudos sobre a PHC no Município de Três Barras do Paraná, numa parceria com a UNIOESTE, que, por meio do Grupo de pesquisa HISTEDOPR, coordenado pelo prof. Paulino José Orso, desde 2017, vem organizando essa atividade de extensão com o intuito de conhecer, difundir e defender a pedagogia histórico-crítica.

Esta teoria se faz necessária pois em entrevista realizada com os professores municipais no ano de 2020, eles mencionam como método de alfabetização adotado na década de 1980, no Oeste do Paraná, o Método de Erasmo Piltto, que de acordo com Szymanski e Brotto (2013), integrava os interesses políticos e econômicos do governo federal.

Houve relatos também sobre o uso dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), produzidos em 1996 para o primeiro e segundo ciclos do Ensino Fundamental, os quais chegaram às escolas públicas brasileiras, fundamentados na teoria construtivista. “Dentro desse quadro, fica claramente definido que a teoria construtivista havia sido adotada pelos órgãos oficiais de educação nacional e, como tal, também deveria ser adotada por toda a rede pública de educação.” (FRANCIOLI, 2010. p. 141).

Desse modo, diante da realidade existente, coloca-se a necessidade de superar o atual “modelo educacional” e substituir por uma nova concepção de educação, de homem e sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o exposto, analisando-se a história e as lutas e disputas travadas em torno da produção da existência, verificamos que a escola acompanha o processo de desenvolvimento. Assim, depreende-se que, sendo uma sociedade fundada sobre a propriedade privada dos meios de produção, cuja implicação primeira, é a fragmentação social, a divisão da sociedade em classes, cabe a escola, por meio do conhecimento que socializa, propiciar a compreensão dessa realidade, de tal modo que permita romper com a ordem existente e possibilite o desenvolvimento de todos os seres humanos, em toda a sua completude.

Todavia, para isso, não basta qualquer educação. Afinal, como vimos, durante a maior parte do tempo, a educação e a escola de Três Barras do Paraná, assim como na maioria dos municípios brasileiros, simplesmente se adequou/adequa à realidade vigente. Para construir uma ordem social que suplante a realidade existente, pressupõe uma teoria e uma prática pedagógica comprometida com a transformação social, como é o caso da pedagogia histórico-crítica.

Daí a assertiva da decisão, inicialmente, tomada por algumas docentes em organizar grupos de estudo sobre essa teoria pedagógica, e depois, encampada pela própria Secretaria de educação, de propiciar estudos sistemáticos acerca da pedagogia histórico-crítica no intuito de possibilitar que todos conheçam, seja apropriada e implementada no trabalho pedagógico cotidiano do município.

REFERÊNCIAS

- CHAGAS, M. da F. das. **Narrativas de Colonos e Posseiros na Luta pela Terra: A (Re)criação da Memória da Revolta de Três Barras do Paraná, 1964-2014**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2015.
- COSTA-HÜBES, T. da C. **O processo de formação continuada dos professores do Oeste do Paraná: um resgate histórico-reflexivo da formação em língua portuguesa**. 2008. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, 2008. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UEL_03762c3d7b1ee2a1ff8842f54b82dc94. Acesso em: 16 out. 2021.
- EMER, I. O. UM POUCO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO OESTE DO PARANÁ. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v.12,n.45e, p. 34-48, maio 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640106/7665>. Acesso em: 20 ago. 2021.

FRANCIOLI, F. A. de. O trabalho do professor e a alfabetização: uma análise dos ideários educacionais. *In: MARTINS, L. M.; DUARTE, N. (orgs.). Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias.* São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 191. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/ysnm8/pdf/martins-9788579831034-09.pdf>. Acesso em: 16 out. 2021.

GOMES, I. Z. **A revolta dos posseiros.** 3. ed. Curitiba: Criar Edições, 2005.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** 2010 Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/tres-barras-do-parana/panorama>. Acesso em: 14 jan. 2022.

MYSKIW, A. M. **Colonos, posseiros e grileiros: conflitos de terra no Oeste paranaense (1960/66).** 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

ORSO, P. J. Por uma educação para além do capital e por uma educação para além da escola. *In: ORSO, P. J.; GONÇALVES, S. R.; MATTOS, V. M. (orgs.). Educação, Estado e Contradições Sociais.* São Paulo: Ed. Outras Expressões, 2011. p. 225-246.

PALUDO, J. D.; PALUDO, E. **Três Barras do Paraná: contexto histórico, social e político.** Três Barras do Paraná: Canal6 Editora, 2013.

PASSOS, E. A. M. dos. **O levante dos posseiros de Três Barras do Paraná em 1964.** Cadernos PDE – Vol. II. Os Desafios da Escola Pública Paranaense na perspectiva do Professor PDE. 2013. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_unioeste_hist_pdp_edilamar_aparecida_martenda_dos_passos.pdf. Acesso em: 17 ago. 2021.

PRIORI, A.; POMARI, L. R.; AMÂNCIO, S. M.; IPÓLITO, V. K. **A história do Oeste Paranaense.** História do Paraná: séculos XIX e XX. Maringá: Eduem, 2012. p. 75-89. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/k4vrh/pdf/priori-9788576285878-07.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2021.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica: Primeiras aproximações.** 11. ed. Campinas: Autores associados, 2013.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia.** 43. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2018.

SCALIANTE, H. D. **Violência e conflitos políticos no processo de colonização da região noroeste do estado do Paraná: os casos dos grilos “Apertados” e “Areia Branca Tucum” (1950-1970).** 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.

SEMED. [2021]. Disponível em: <https://cascavel.atende.net>. Acesso em: 17 ago. 2021.

SZYMANSKI, M. L. S.; BROTTTO, I. J. de O. Reflexões sobre as vozes contribuintes para a constituição da subjetividade profissional do docente alfabetizador. **Bakhtiniana,** São Paulo, v. 8, n. 1, p. 233-253, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bak/a/6SSqSY3rgm9gVTSZwTXDzng/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 out. 2021.

TRÊS BARRAS DO PARANÁ. **Plano Municipal de Educação (PME)** – 2018. Três Barras do Paraná: , 2018. Disponível em: <http://tresbarras.pr.gov.br/governo/secretarias/educacao>. Acesso em: 16 out. 2021.